



**HÉLIA DE SOUZA RODOVALHO
SUELI MARTINS ROSA**

**O RACISMO CAMUFLADO: UMA RELEITURA SOB A ÓTICA DE
PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA VALE DO AMANHECER**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE COSTA RICA
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

Costa Rica – MS
2009



**HÉLIA DE SOUZA RODOVALHO
SUELI MARTINS ROSA**

**O RACISMO CAMUFLADO: UMA RELEITURA SOB A ÓTICA DE
PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA VALE DO AMANHECER**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação de
Costa Rica-FECRA, como requisito para conclusão do
Curso de Letras.

Orientadora: Prof^ª. Ms Maria Ivone da Silva

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE COSTA RICA
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

Costa Rica – MS
2009

**HÉLIA DE SOUZA RODOVALHO
SUELI MARTINS ROSA**

**O RACISMO CAMUFLADO: UMA RELEITURA SOB A ÓTICA DE
PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA VALE DO AMANHECER**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação de Costa Rica como
requisito para a conclusão do Curso de Letras.

Orientadora: Prof^a Ms Maria Ivone da Silva

Aprovada em: ___/___/___

Prof^a Ms Maria Ivone da Silva

Prof. Ms Estela Mara de Andrade

Prof. Ms Ruth Gonçalves de Oliveira

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho em especial a todos os negros e seus descendentes, pela bravura, humildade e pela grande contribuição na construção desta nação. Infintos são nossos sentimentos para transcrevê-los nesse ato.

AGRADECIMENTO

Agradecemos primeiramente ao Senhor nosso Deus pelo rico dom da vida, pelo seu infinito amor e bondade, pela energia que alimenta a nossa alma, e nos concede felicidade e realizações.

Agradecemos as nossas famílias que nos apoiaram, e em especial aos nossos esposos, pela compreensão que tiveram em nossa ausência.

Aos nossos filhos pelo carinho incondicional que demonstraram.

A nossa professora e orientadora pela dedicação e apoio, nos momentos críticos de nosso trabalho

A Faculdade de educação de Costa Rica - FECRA.

RESUMO

A história nos conta o trajeto do negro trazido a força de seu país de origem. Vindo para ser escravizado e tratado como objeto durante anos e perante esse período, fizera parte da construção civil e cultural deste novo país, mas que nunca foi reconhecido. Um dia lhes são concedido a liberdade mascarada. Os fatos demonstram que continuaram sendo menosprezados, tido como imundo, desconsiderado pela sociedade, tendo que viver de migalhas e favores, a ele foi imposto o trabalho mais penoso e brutal, sem ser remunerado da mesma forma que antes. O tempo foi passando e com ele também o processo de tratamento com o negro foi ficando velado, menos explícito, a escola que antes era só dos brancos, poderia agora ser frequentada por seus filhos, todavia faltava mão de obra no país, e com o negro não alfabetizado, assegurava a mão-de-obra nas fábricas. Ao negro é dado o trabalho de jornaleiro, faxineiro de rua, mordomo e outros. Hoje o menino negro frequenta escola e consegue alguns até finalizar seus estudos, contudo, poucos deles conseguem concluí-los. As muralhas são tantas que quase nunca alcançam seus objetivos. Por serem inúmeras as barreiras, criaram artimanhas e procedimentos, tal concepção esteia-se em critérios, como o sistema de cotas, mas as dificuldades só mudaram de estratégias. Continuam como sempre tendo que se desdobrarem em seus talentos, nos seus trabalhos, para se posicionarem e terem uma vida digna, portanto uma minoria consegue, grande parte deles se deixam vencer pela discriminação e preconceito. Sob essa óptica, a instituição educacional se encontra hoje, com grande preocupação para vencer os obstáculos da desigualdade, preconceito e discriminação racial. É fundamental que seja eliminada essa nódoa que nos degride e marca a alma. A escola, todavia tem trabalhado muito, mas há um longo percurso, e precisamos caminhar juntos para vencer esta batalha.

Palavras chaves: discriminação, silenciamento, educação

ABSTRACT

History tells us of blacks brought the power of his country, come to be enslaved and treated as objects for years and before that period, were in the building, and culture of this new country, but this was never recognized History negro um working days granted them the freedom masked The facts show that continued to be undervalued, seen as dirty, neglected by society, having to live on crumbs and favors, it was imposed the most challenging and brutal, without being paid the same as before. Time passed and with it the process of dealing with the black was getting veiled, less explicit, the school was once only the whites could now be visited by their children, but lacked hand work in the country, and knowing how to read the black ensured the labor in the factories, it is black as the work of journeyman, street cleaner, Butler, and others. Today the black boy at the school and some can even finish their studies, however, few of them manage to complete them, the walls are such that almost never on your goals. Because numerous barriers to the black, created tricks and procedures, such design stele on criteria such as quota systems, but the difficulties only changed strategies. They remain as always having to unfold in their talents, their work, to stand and have a decent life, so a minority can, most of them are no longer overcome the discrimination and prejudice. From this perspective, the educational institution it is today, with great concern to overcome the barriers of inequality, prejudice and discrimination, is essential for an end to the nodules in degreine and marks the soul. The school, however, has been working hard, but there is a long way, and we walk together to win this battle.

Words Key: discrimination, silence, education

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 09 |
| CAPÍTULO I – O NEGRO NO BRASIL..... | 12 |
| 1.2 DIFERENÇA OU PRECONCEITO..... | 18 |
| CAPÍTULO II – A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA: UM DUPLO OLHAR - PROFESSOR E ALUNO..... | 26 |
| 2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA..... | 26 |
| 2.2 A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA SOB O OLHAR DO PROFESSOR..... | 29 |
| 2.3 A DISCRIMINAÇÃO NA ÓTICA DOS ALUNOS..... | 31 |
| 2.4 DISCUSSÃO RACIAL NA ESCOLA..... | 34 |
| 2.5 A FAMÍLIA E DISCRIMINAÇÃO..... | 37 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 40 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 42 |

INTRODUÇÃO

O preconceito está intimamente relacionado com o processo de dominação colonial. Os europeus consideravam como única cultura verdadeira a cultura cristã branca, heterossexual, machista. Segundo esses valores aqueles que são diferentes, são inferiores e objeto de discriminação. Discriminação que se pauta na hierarquização de raças, culturas, quando uma cultura considera as outras inferiores, esdrúxulas. No nosso dia-a-dia esses fatos ocorrem, mas são maquiados, mascarados aparecendo sob a forma de comentários e até mesmo “brincadeiras” que surtem efeito negativo na autoestima do negro: “É coisa de negro”, “olha a cor dele”, “o cabelo dele”, “já passou do meio dia”, ou seja, é algo sujo, feio, perigoso, faltou inteligência é atributo do negro.

O racismo acontece em meio à multiplicidade de formas, na família, na escola, no trabalho, na política, etc. Ele vai acontecendo de forma proposital e gradativa e quando percebemos construiu uma muralha entre nós seres humanos.

Propusemos investigar, neste trabalho, este procedimento injusto, para a compreensão de como se dá esse processo que transforma o indivíduo em um ser discriminatório. Esse tema foi escolhido, por considerarmos muito importante, para a educação atual considerando que o professor hoje é o maior mediador na luta contra a discriminação racial.

Verificamos que como resultado da dominação colonial nós convivemos com essa mancha da discriminação desde nossa infância. Certificamos que uma criança no período de desenvolvimento, convivendo numa sociedade que diz uma coisa e faz outra, que na maioria das vezes não há uma compreensão e atenção especial do adulto, nessa fase tão intensa de descoberta que pode construir em seu imaginário idéias veiculadas pela sociedade. A partir deste olhar, cabe ao professor acompanhar os primeiros passos, gestos e sensações no momento em que se inicia o primeiro contato da criança na escola, isso inclui também propor discussão com as crianças, sobre preconceito e discriminação.

Neste sentido, esta pesquisa se justifica por ser de grande relevância para a comunidade educativa, contribuindo para despertar e apresentar uma reflexão

preparando os professores para que possam estar melhores preparados neste sentido, para atuarem na sua prática pedagógica. Ponderamos também que nosso mundo está repleto de desigualdade, e é neste sentido que esta pesquisa visa pautada na igualdade, sair do anonimato para a busca da desconstrução dessas idéias que hierarquizam a humanidade, dividindo os que têm direitos e os que estão desprovidos dos mesmos junto à escola e à sociedade. Percebe-se que muito se tem feito e tanto se tem para fazer nesta vertente de desconstruir o racismo. Presenciamos em nosso dia-a-dia, o sarcasmo, a hostilidade, a rejeição às famílias negras. Nota-se que não é só em alguns segmentos da sociedade que existe o preconceito, e sim que é um mal que contagia a todos, generalizado e contínuo, o racismo disfarçado.

Constatamos nesse sentido, que nossas escolas essa diferença aniquila a plenitude de uma vida saudável, mas juntos formam cidadãos plenamente democráticos e inclusos numa sociedade mais igualitária.

Temos como objetivo geral verificar a origem, e como se desenvolve o preconceito nos lares e no âmbito escolar, investigar assiduamente o racismo que existe em nossa sociedade, com a pretensão de compreendermos o processo evolutivo desta “infecção” social que macula o ser humano desde nossos antepassados.

Apresentamos como objetivos específicos a discussão sobre as nossas relações com as diferenças, assim como refletir sobre nossos valores e posturas como educadores.

A pesquisa apresenta metodologia de caráter bibliográfico e exploratório com trabalho de campo, onde foram feitas perguntas semiestruturadas para duas professoras, sendo uma da educação infantil e outra do 7º e 9º Ano do Ensino Fundamental, para o diretor da Escola selecionada, Escola Municipal Vale do Amanhecer e 05 alunos do Ensino Fundamental.

Os professores foram denominados de Professora X e professora Y, e os alunos de 1, 2, 3, 4 e 5. A denominação dos entrevistados desta forma cumpre o objetivo de não identificar os colaboradores de nosso trabalho.

A pesquisa está estruturada em dois capítulos, sendo que o primeiro capítulo propõe a discussão teórica sobre o racismo em nossa sociedade e o capítulo dois o resultado da pesquisa realizada discutida à luz dos teóricos estudados.

CAPÍTULO I

1 O NEGRO NO BRASIL

A população negra considerada pelo europeu como uma população inferior, quase subumana, muito contribuiu para o desenvolvimento e produção de riquezas de nosso país, sendo considerados os pés e as mãos dos senhores de engenho, representavam a mão-de-obra básica da lavoura e não participou em nada da distribuição das riquezas por eles produzidas. Enquanto escravizado o negro teve uma importante contribuição na vida econômica e social brasileira, além de mão-de-obra contribuiu também para o povoamento deste imenso território. Criou pequenas comunidades em todo o território brasileiro através dos quilombos¹. Trabalharam na colonização do Brasil desde as charqueadas do Rio Grande do Sul, ervais do Paraná, engenhos e plantações do Nordeste, pecuária na Paraíba, atividades extrativistas na região do Amazonas, na mineração em Goiás e Minas Gerais, sem participar dos lucros tanto na comercialização quanto na exportação.

Destacamos aqui que no período do Brasil - Colônia, nos momentos em que o Brasil chega a seu esplendor na produção açucareira também chega ao pico a importação de escravos. A realidade do negro escravizado era de extremo sofrimento, vivia como se fosse um animal, sendo desconsiderada a sua condição humana. Não tinha nenhum direito, e como propriedade dos senhores escravocratas, podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudessem intervir em seu favor. Ele era uma mercadoria, propriedade privada como um cavalo, ou qualquer outro animal. Um dos estudiosos e observadores desta época, Antonil, assim descreveu as condições sob as quais o escravo negro trabalhava. Antonil, (1950, p. 55) afirma:

No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três pés, a saber: pão, pau e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que é o pau; contudo provera de Deus, que tão abundante fosse o comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo, dado como qualquer coisa pouco provada ou levantada; e com instrumentos de muito vigor

¹ O quilombo, era um lugar onde os negros escravos se refugiavam, e ao mesmo tempo criava-se um movimento de resistência e defesa as crueldades que cometiam contra eles os senhores de Engenho, as forças armadas da época etc. O mais famoso dos Quilombos se formou a República dos Palmares.

ainda quando os crimes são certos; de que se não usa nem com os animais fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos; pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim tem pano para o suor e freio dourado.

O negro escravizado trabalhava, em média, de quatorze a dezesseis horas diárias, sendo constantemente fiscalizado por um feitor que exigia deles o máximo de produção não deixando nenhum espaço para pausa ou descanso. Se um negro se recusasse a trabalhar era considerado preguiçoso ou insubordinado, era severamente castigado. O feitor ou um negro escravizado por ele nomeado era quem executava a sentença. Dentre os instrumentos de suplícios usados os mais comum destaca-se o tronco e o pelourinho onde eram aplicados os castigos. Muitos senhores criavam seu próprio método de tortura que muitas vezes eram testados nos próprios negros até provar sua eficiência.

Em um mundo economicamente fechado, numa sociedade hierarquizada, como durante o período do Brasil - Colônia era somente o negro escravizado quem trabalhava e vivia sob as formas mais violentas de controle social num clima de terrorismo permanente. A eles restavam poucas alternativas ou se rebelavam e fugiam para as matas, organizando quilombos, e encontrando a sua condição de homens livres ou permaneciam como escravos. A seguir o depoimento de Silva (2008, p.23).

A história do tráfico de africanos para o Brasil e de sua exploração econômica, social e psicológica representa páginas tristes de um passado trágico, quando milhares de seres humanos foram seqüestrados de sua terra, mortos, explorados violentamente de todas as formas que se possam imaginar. Separados de seus familiares e transformados em objetos de consumo e máquinas humanas de produção a bel prazer de seus proprietários foram traficados e vendidos aos colonizadores sequiosos por mão-de-obra. Não bastasse toda a violência de serem arrancados de sua terra, de serem transformados em escravos numa terra da qual nada conheciam, submetidos a um regime de trabalho que desgastava sua força física, foram também despojados de sua cultura e convertidos ao cristianismo.

Muitas vezes no limite de sua resistência física, moral e psíquica, o negro escravizado, não suportando tais condições, feridos em sua dignidade humana, preferia a própria morte o que, para ele, significava um gesto de libertação, um ponto final na condição de objeto a que era relegado, e ainda atingia o seu senhor, fazendo com que tivesse prejuízo no investimento que nele fizera. Para melhor

compreensão da extensão do sofrimento dos escravizados apontamos alguns números, que nos permitem levantar suposições a respeito do assunto tratado, segundo em 1848, dos 33 suicídios ocorridos na Bahia, 27 foram de escravos Pinsky, (1939 p. 61,62).

As formas para a realização de auto-eliminação eram as mais variadas possíveis: asfixia, enforcamento, arma branca, arma de fogo e veneno. Estes são alguns dos exemplos de instrumentos de auto-eliminação que encontramos na literatura pesquisada. Para ilustrar buscamos um exemplo citado por Pinsky (1848) que afirma que Antonio, um homem escravizado que havia conseguido fugir do cativeiro, e que, na condição de escravo pertencia a José Maximiano de Carvalho, quando foi recapturado, cravou no seu próprio ventre, uma faca, tendo morte instantaneamente. Nesta luta de resistência à escravidão os embates entre senhores e escravos eram constantes. Quando os negros escravizados conseguiam empreender fuga, os proprietários contratavam os chamados capitães-do-mato, pessoas que se encarregavam de perseguir e apreender os fugitivos e devolve-los a seus proprietários. Alguns resistiam e lutavam tão corajosamente que muitas vezes Era necessário amarra-los, outros ainda tentavam assassinar os seus algozes ou aqueles que lhes causavam tamanho sofrimento. Nesse sentido Moura (1977, p.54) afirma que:

Segundo uma visão folclórica histórica, os negros escravizados, quando chegavam ao Brasil, eram acometidos por uma enfermidade denominada banzo, que consistia da irreprimível saudade da pátria distante, onde eram livres e onde muitas vezes tinham deixado sua família. No limite, quando não conseguiam se desfazer dessa saudade, a doença podia levar ao suicídio. Essa visão escravocrata deixa de apontar dois dados, considerados por nós, fundamentais: primeiro que a saudade do negro era referente a sua liberdade, a sua organização social menos injusta, a sua pátria; depois que o suicídio do escravo não um ato de fraqueza, mas antes um verdadeiro gesto de inconformismo e revolta.

Assim, mesmo com sua liberdade cerceada, os negros escravizados procuravam encontrar espaços nessa fronteira porosa entre liberdade e escravidão para ressignificar sua condição humana e sua cultura. Foram autores de movimentos de resistência, como a quilombagem, que antecedeu o movimento liberal abolicionista, e por meio dos quais os negros escravizados que conseguiam fugir, procuravam se abrigar em regiões de difícil acesso, serras, mata fechada para

oferecer resistência à escravidão e organizar a luta pela liberdade daqueles que ainda permaneciam nos cativeiros. O quilombo foi um dos mecanismos de resistência mais representativo que existiu uma vez que estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças repressivas agiam contra ele. Apresentaram também diversas formas de guerrilhas, protestos pessoais e coletivos.

A prática da quilombagem foi um movimento abrangente e radical. Nele não só incluíram negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas², pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos, pobres e prostitutas, ou seja, todos aqueles que não se enquadravam dentro dos padrões exigidos pela sociedade escravocrata. Moura, (1988, p.103) afirma que:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região onde havia escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais, plantando sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal da sociedade escravocrata.

É necessário considerar que a despeito da forma como foi tratado e muitas vezes ainda o é, o negro teve e tem uma participação fundamental para a construção da sociedade brasileira, ele não só povoou o Brasil e deu-lhe prosperidade econômica, como trouxe também sua cultura que imprimiu suas marcas na construção da cultura brasileira. Vindos de várias partes da África, os negros escravos trouxeram as suas diversas matrizes culturais que aqui, foram genericamente consideradas como única. Foram desconsideradas as diversas

² A quilombagem era um movimento abrangente e radical, reuniam não só escravos fugitivos negros, mas também índios perseguidos, mulatos, pessoas perseguidas pela polícia em geral, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, prostitutas.

origens dos africanos que para cá foram trazidos, sendo todos considerados apenas negros, independente de sua origem, da língua falada, da religião professada, todos eram concebidos iguais. Ainda assim muitos elementos de sua cultura sobreviveram como patamares de resistência social ao regime que os oprimia e queria transformá-los apenas em máquinas de trabalho, ou animais desprovidos de alma e de sua própria vontade.

As religiões africanas foram e ainda o são consideradas exóticas e ao mesmo tempo perigosas, assustadoras, pois se diferenciavam da religião cristã professada pelos brancos europeus. Os deuses africanos foram tidos com demônios e ironizados. Isso ocorreu em primeiro lugar, em decorrência do poderio da Igreja Católica que considerava que somente os seus preceitos de explicação do sobrenatural eram considerados verdadeiros. A cultura africana foi transformada em uma contra-cultura, isto é, uma forma de resistência social, que mesmo sendo ridicularizada e inferiorizada encontrou espaço para sua manifestação.

Com o objetivo de assegurar a superioridade da cultura europeia os brancos europeus lançaram mão de todos os recursos de que dispunham, produzindo outros tantos, até a literatura foi planejada, construída para evidenciar que as religiões africanas, e posteriormente as afro-brasileiras, são inferiores, esdrúxulas, no máximo consentidas por munificência dos senhores, durante a escravidão e dos aparelhos de poder das classes dominantes, após a abolição. O mesmo aconteceu com seus rituais, as manifestações musicais, a indumentária africana, a cozinha sagrada dos candomblés, tudo isso passou a ser simplesmente folclore. E com isto subalternizou-se o mundo cultural dos africanos e de seus descendentes. O sistema de controle social reprimiu todas as manifestações culturais negras, que tiveram, em contrapartida, de criar mecanismos de defesa contra a cultura dominadora e de preservação e ressignificação de sua própria cultura.

Com a extinção, em 1850 do tráfico de africanos para o Brasil, ameaçados pelo poderio britânico, no Brasil surgem leis que antes de proteger servem apenas para ocultar o verdadeiro sentido da escravidão, uma vez que como a história aponta, os senhores escravocratas não apresentavam interesses em eliminar a escravidão, o que é confirmado pela forma como os africanos foram tratados após a sua libertação. Leis que se anunciavam “protetoras” como a Lei dos Sexagenários, a do Ventre-Livre apenas mascaravam o movimento emancipacionista uma vez que

ofereciam proteção para um número reduzido de pessoas ou ainda protegiam os proprietários que queriam mesmo era ficar livres de escravos velhos improdutivos, ou crianças que significavam despesas. Nesse sentido Cardoso (1938, p. 155-6) argumenta que:

Em 1884, em pleno Parlamento, uma confissão gravíssima de Andrade Figueira, traduzindo o abalo das fugas dos escravos em grande massa, bem diria o perigo do momento: “o povo já perdeu a confiança na única indústria que alimenta a nossa riqueza, a indústria agrícola”. Os capitais só procuram emprego em apólices, não enxergando segurança em outra parte.

No início do século XIX com a chegada ao Brasil da mão-de-obra do imigrante europeu, sobretudo dos italianos e alemães, com as inovações que se processavam no mundo capitalista, a situação do negro escravizado começa a sofrer as primeiras alterações. O trabalho assalariado estava se mostrando mais eficaz e menos dispendioso que ter escravos. E o mais importante é que os imigrantes eram especialistas no que faziam, apesar da resistência a utilização da mão-de-obra livre, uma vez que a mentalidade da época associava o trabalho manual ao trabalho do negro escravizado, considerado uma raça inferior, os fazendeiros não tiveram alternativas, senão curvar ante essas inovações. Mesmo com a chegada do imigrante europeu era acentuada a escassez de mão-de-obra para as lavouras acentuadas pela Lei Euzébio de Queiroz. Veio então a condenação formal do sistema escravista e de todo o arcabouço ideológico que sustentava: a Lei Áurea.

Mas o que fez a Lei Áurea? Fez com que os negros escravizados, “coisas” sobre as quais seus senhores tinham direito de vida e de morte, fossem expulsos das fazendas, apesar de não ter para onde ir. Conseguiram se libertar do chicote, dos açoites, do trabalho forçado, mas como competir com o trabalho dos imigrantes europeus, trabalhadores brancos, cristãos, com os mesmos valores culturais dos colonizadores? As cidades e os centros comerciais que se desenvolviam atraíam os recém-libertos negros. Porém o que eles podiam fazer nas cidades? Assim a “libertação” dos escravos, feita pelas “mãos generosas da Princesa Isabel” resultou numa massa de negros que perambulavam pelas fazendas e cidades à procura de emprego. De um lado, todas as terras agrícolas já estavam ocupadas. De outro lado,

as áreas urbanas apresentavam um excedente populacional que constituía um problema social.

Nas fazendas onde trabalharam durante séculos, quando conseguiam emprego não ganhavam como os imigrantes, pois consideravam que eles não tinham condições de aprender as novas técnicas de produção. Algumas idéias, especialmente a crença de que o negro escravizado tinha maus costumes e más qualidades, era preguiçoso, haviam justificado e explicado a sua carga de trabalho e a sua subjugação física e psicológica. Essas mesmas idéias passaram agora a ser justificativas para a não incorporação do negro liberto nas novas relações de produção e a não utilização de seu trabalho. Para sobreviver, os negros, tiveram que encontrar espaços para trabalhar, como fazer bicos, do tipo lavar carros, cortar grama, varrer ruas ou esmolar, roubar ou utilizar seu próprio corpo qualidades que eram considerada dons especiais, para conseguir sobreviver.

Foi neste contexto que os negros passaram a viver numa situação de desemprego, subemprego e marginalidade, nas favelas, nas quais grandes partes foram morar. Lugares em que as condições de vida eram subumanas com alto índice de mortalidade (principalmente de recém-nascidos) e a subnutrição persistiu. Durante quatro séculos, os negros foram feitos escravos no Brasil. A trajetória deles da África até aqui foi marcada por diversas formas de violência. Não vieram para cá porque quiseram, passaram pelo sofrimento e pela humilhação de serem tratados como animais. Não deixaram de ser livres porque era o melhor para eles. Não receberam chicotadas porque gostavam, mas porque resistiam. Foram por fim, jogados a liberdade. Marginalizados e submetidos à péssimas condições de vida e de trabalho. Ainda hoje o negro continua sendo vítima de outra forma de escravidão: o preconceito racial, o racismo.

1.2 DIFERENÇA OU PRECONCEITO

As desigualdades de raças no Brasil foram e são marcadas pela hierarquia e por discriminações entre brancos, negros e índios. A cor da pele, o cabelo, é visto por muitas pessoas como elementos que identificam e relacionam com características pontuadas, no âmbito do colonialismo com elementos que

inferiorizam, criando barreiras a serem vencidas para se ter uma vida mais digna, e não como características que representam a identidade, a singularidade de um povo. Essa dificuldade de convívio entre povos diferentes ocorre em todos os espaços, dentro da escola, na sala de aula, que são locais de embate e confronto das diferenças. É na escola que o convívio com as diferenças se mostra mais conflitivo pela forma de julgar não pelo seu caráter como ser humano, mas sim pela cor de pele, pelo cabelo, ou seja, pelos estereótipos. Para Brandão (ano 2002, p. 25) “Essas dificuldades de fundo racial persistem com muita força, mesmo após os mais de 110 anos de fim da escravidão negra no país”.

Além de persistirem essas desigualdades no tratamento e nos direitos, de gênero e raça, a inclusão social dessas pessoas também, hoje, é bastante vulnerável na nossa sociedade. Numa pesquisa recente a fundação Abramo³, concluiu que: “As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz ou do padrão de desigualdade social no Brasil, padrão esse que está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social”.

Se olharmos atentamente para a sociedade brasileira, podemos observar altos níveis de desigualdade social, com diversas dimensões, destacando o Brasil, como um adepto a desigualdade racial. Segundo Bruno Reis³ “quanto mais escura a cor da pele, menor a média salarial, menor a escolaridade, e mais curta a mobilidade social”.

Reis sustenta que:

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma diversidade étnica, sendo este produto de um processo histórico que inseriu num mesmo cenário três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Essa mistura de raças favoreceu o intercuro dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado, ou seja, uma unicidade marcada pelo antagonismo e pela imprevisibilidade.

Apesar da relação cultural, as desigualdades se acentuavam, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixavam evidentes a separação entre o privilégio social dos colonizadores e as condições desfavoráveis dos escravos. A desigualdade em nosso país vem inserida em nosso contexto histórico. Nos anos 90,

REIS, Bruno. Disponível em http://www.subsociologia.com.br/congresso_2/papers/democracia/horizonte.pdf.

o racismo, a discriminação baseadas na cor da pele foi formalmente reconhecida pelo governo brasileiro.

Esta violação aos direitos humanos torna-se ainda mais grave quando constatamos a magnitude da população brasileira que está sujeita, diariamente a essas agressões, humilhações e outros tipos de violências baseadas na sua cor ou raça, sendo o Brasil o segundo país do mundo em população negra e parda. Dentro dessa perspectiva, compreendemos que as diversidades existentes entre os grupos étnicos se tornaram pontos de conflitos pontuados pela discriminação racial. E a escola tem sido um dos espaços perpetuadores das atitudes e valores discriminatórios.

Para muitas pessoas as raças existem biologicamente, e se manifestam nas diferenças que as pessoas apresentam em relação as outras, e a si mesmas, na cor da pele, dos olhos, nas características dos cabelos, enfim, a partir de características meramente fisiológicas. Uma vez admitida a hierarquização de raças, as pessoas que assim o fazem poderão gerar, tanto em suas atitudes, quanto, principalmente, em suas ações, conseqüências altamente problemáticas do ponto de vista da convivência social, quais sejam: o preconceito, a discriminação, segundo Romero, 1895 (Apud BRANDÃO 2004, p. 74).

A distinção de desigualdade das raças humanas é um fato primordial e irreduzível, que todas as cegueiras e todos os sofismas dos interessados não têm força de apagar. É uma formação que vai entroncar-se na biologia e que só ela pode modificar.

Para melhor compreender a trajetória do negro livre na história do Brasil e a discriminação e marginalização a que fora submetido e ainda é, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre o racismo e sobre sua discussão na sociedade brasileira. Em uma definição simples, mas não simplória, podemos dizer que racismo é uma ideologia, ou seja, um conjunto articulado de cultura, valores, posturas, comportamentos de um grupo, amplamente disseminado, de diversas formas, às vezes se manifesta explicitamente nos Estados Unidos e África do Sul, outras de forma oculta ou subliminar, como no Brasil, tornando-se um pensamento social, uma forma de ver a vida e a realidade social.

Acreditamos que o racismo, nesse sentido, é a crença na existência das raças, e na possibilidade de hierarquização das mesmas. Todas as ciências comprovam nos dias de hoje que, ao falarmos da espécie humana, não podemos falar de raças, mas somente de uma única raça. O ser humano pertence a uma única espécie e por isso perfaz um único grupo racial, mas o Movimento Negro, como mencionamos antes, utiliza o termo para evidenciar a condição subumana à que foram relegados os negros escravizados no Brasil.

Do ponto de vista cultural não devemos hierarquizar culturas diferentes, povos diferentes, pois se não há uma raça superior, não há raças inferiores. Embora essa justificativa pareça suficientemente plausível e correta, é importante dizer que ela é muito recente, fruto dos últimos anos de estudos científicos e avanços da humanidade. Por vários séculos acreditou-se no contrário, aliás, ao longo da história, muitos estudos foram feitos e muitas teorias foram desenvolvidas para compreender, explicar e justificar a existência e a superioridade da raça branca (européia) sobre as outras.

Alguns grupos aproveitaram as teorias evolucionistas de Darwin, para legitimar sua hipótese de que o grupo branco teria sido o supra-sumo da evolução, ou seja, o fator mais evoluído da espécie humana. Ainda hoje a grande maioria das pessoas não se guia pela ciência e pelo conhecimento. O baixo grau de estudos e informações faz com que a maioria da população do planeta ainda entenda e explique o mundo e a realidade a partir de suas crenças, fetiches e ignorâncias. Temos hoje milhares de pessoas que não acreditam na chegada do homem à lua, na existência dos átomos ou na ciência como elemento importante do entendimento e da explicação da realidade.

Nossa visão de mundo ainda é limitada e preconceituosa. Julgamos antes de conhecer e olharmos com estranheza, medo ou indiferença, tudo aquilo que não nos é espelho. Tudo que é diferente nos causa medo e aversão. Alguns cientistas dizem que estamos na era do conhecimento, outros, da grande globalização nós preferimos chamar de era do caos e da intolerância.

No Brasil a intolerância se apresenta de diversas formas, sendo uma delas o racismo que apresenta aqui características próprias se manifestando de forma velada, mascarado, disfarçada, causando, segundo Hofbauer (2003), discriminações, exclusão, humilhação, seja em relação, as mulheres, aos

homossexuais, aos idosos, aos portadores de deficiências, mas neste caso específico, em relação aos negros.

Paula (1996, p.90), apontou numa pesquisa realizada que as pessoas não percebem a discriminação embora 89% reconhecem que o racismo existe. As pessoas que praticam o racismo, os preconceitos e as discriminações, são vítimas dele, mas não o percebem em seu cotidiano e seu fazer histórico.

Como já foi apontado anteriormente, biologicamente as raças não existem, no entanto o professor Kabenguele Munanga explica que sociologicamente elas existem e, mais que isto, determinam nosso relacionamentos. No Brasil, olho a cor da pele do outro, olho a minha pele e, a partir deste olhar, me posiciono. Gosto, não gosto, respeito, não respeito, me vejo acima ou abaixo. “O pensamento social brasileiro é racial”, segundo o estudioso e pesquisador Amauri Queiroz, ao pensarmos a sociedade a partir da ótica e do efeito das raças, construímos arquétipos, preconceitos, estereótipos.

Uma criança negra não é olhada e, muito menos, tratada como a branca em nossas escolas. O olhar sobre ela é um olhar de menosprezo ou de resignação. Ela é vista como uma possibilidade iminente de fracasso. Vivemos ainda sob a égide da idéia de que todos os negros são agressivos e violentos, preguiçosos e manemolentes. Qualquer semelhança com a figura estereotipada em muitas de nossas telenovelas não é mera coincidência. Em geral, os professores e as professoras vêem estas crianças como futuros evadidos, fracassados. O carinho, o contato, o afeto são diferentes e diferenciados.

O racismo “não existe” no Brasil, segundo o censo comum; no entanto, de cada dez miseráveis, oito são negros, os negros ganham menos que as mulheres brancas no mercado de trabalho – por jornadas iguais – e as mulheres negras ganham ainda menos que os homens negros e, provavelmente, haverá a mesma situação para seus filhos e netos. A média histórica de diferença de tempo de estudo de um jovem negro para um jovem branco de 24 anos é de 2,3 anos de estudo, e esta média já percorre gerações foi a mesma de nossos pais e avós.

Recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) demonstram que 48% da população negra de São Paulo e do Rio de Janeiro são parte da população indigente e, segundo a Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 70% das crianças miseráveis brasileiras são negras.

Outro elemento importante a levar em consideração para entendermos as relações raciais é o critério psicológico, ou seja, como me vejo do ponto de vista racial. Se biologicamente as raças não existem; sociologicamente elas estão presentes e, portanto, determinam nossas relações, conforme afirmamos antes. Sendo assim, elas existem e, psicologicamente, se manifestam em como me vejo racialmente: olho no espelho e me vejo branco, preto, vermelho, amarelo ou mestiço e, de novo, ao nosso ver, gosto, respeito ou não respeito, amo ou detesto. Poderíamos dizer que de certa forma isto é “natural”: tem sido assim desde que nossos antepassados se olharam em alguma poça d’água pela primeira vez. O que não é natural é sentir vergonha, medo ou aversão à minha própria cor, à minha própria pele, e a pergunta é: por que isso acontece? Segundo Rodrigues (1996, p. 126)

Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Silvio Romero. Não acredito na futura extensão mestiço luso-africano a todo o território do país, considero pouco provável que a raça branca consiga predominar o seu tipo em toda a população brasileira.

Ser negro no Brasil ainda significa ser fracassado, violento e derrotado. Ser negro causa repulsa, asco e dor, e como o ser humano faz de tudo para fugir ao que lhe causa dor, acontece uma negação de sua própria identidade, isso explica porque uma grande parte dos negros quando perguntados sobre sua cor afirmaram ser morenos. É melhor ser um negro de “alma branca” (um negro inserido, aceito), um mulato ou qualquer outra coisa do que ser um excluído. É isso que faz, como na pesquisa da FPA, que 78% dos entrevistados se digam de ascendência brasileira e apenas 1% de ascendência africana. Isso faz parte de um branqueamento do país, no qual as pessoas buscam fugir de tudo aquilo que possa lhes lembrar ou aproximar de um passado ou identidade negra.

É interessante mostrar ainda a baixa noção de preconceito: embora uma grande parte dos entrevistados fosse negra (34% pardos e 16% pretos), 87% disseram nunca terem sido discriminados, no entanto, 89% disseram que existe

racismo no Brasil. Segundo Munanga (2004), a não percepção do racismo dificulta a discussão sobre o mesmo. As pessoas vivenciam diariamente situações de discriminação no mercado de trabalho, no espaço das escolas, na esfera privada, entretanto a grande maioria não aceita que haja discriminação. Para discutir o racismo faz-se necessário evidenciá-lo e não esconde-lo debaixo do tapete. O que torna a discussão sobre o racismo mais difícil é a vergonha de assumir que se é preconceituoso.

No Brasil, o inferno é sempre o outro. A maioria diz que já presenciou algum tipo de preconceito ou discriminação, no entanto ninguém nunca o praticou. É sempre assim. É sempre o outro e, com a criminalização do racismo, isto fica ainda mais complicado. Como agora a discriminação é crime, todo mundo se policia, toma mais cuidado ao falar e ao fazer. Continuam discriminando, só que agora de modo mais velado, mais culto, com mais discrição e cuidado. Segundo Francisco Viana, (1996, p.70)

Daí a sua psicologia estranha e paradoxal. Essa humilhação social, a que o meio se submete, fere-o. Debaixo dessa ofensa constante, a sua irritabilidade se aviva sua sensibilidade se apura; crescem-lhe por igual a prevenção, a desconfiança, a animosidade, o rancor. Fica a princípio, irritável, melindroso, susceptível. Torna-se, depois, arrogante, atrevido, insolente. Acaba agressivo, sarcástico, truculento, rebelde.

Cada vez mais o racismo aparece disfarçado, camuflado, e agora sempre vem junto com uma desculpa que procura justificar a falha cometida “não foi isto que eu quis dizer, “eu não sou racista”, “foi só uma brincadeira” etc.”. O pior ainda aparece nos apelidos, nas brincadeiras e principalmente na exclusão e no isolamento. É assim que o racismo aparece na escola. “O, negão”, “a neguinha”, “o, macaco”, “você conhece aquela piadinha do...”. É importante salientar aqui que racismo é quando uma raça ofende outra procurando inferiorizar por suas características isto é pelo fenótipo. Quando a discussão ocorre entre iguais não pode ser considerado racismo.

É nesse sentido que entidades e organizações do Movimento Social Negro como o Núcleo de Estudos Negros (NEN) vem fazendo um amplo progresso na discussão e formação de educadores e educadoras das redes públicas de ensino para apontar as práticas pedagógicas racistas e buscar desconstruí-las, para então

fazer a construção de uma nova prática pedagógica que combata o racismo e promova a igualdade racial.

Este é o desafio que se propõe para os educadores atuais, a construção de uma prática pedagógica que considere as diferenças que foram por muito tempo silenciada, considerando o contexto sociocultural dos alunos, a bagagem cultural e a história de vida dos mesmos. Segundo Silva (2007, p.44) “é urgente permitir que o aluno encontre na escola espaço onde possa manifestar sua cultura e que a mesma seja valorizada”.

Para mudar e transformar a realidade em que vivemos é preciso conhecê-la e entendê-la, preciso respeitar tolerar as diferenças, limitações e fragilidades do outro, e construir ações coletivas que nos ajudem a mudar a realidade que nos incomodam. Não queremos estimular o racismo, até porque comprovamos que ele já existe. Queremos, sim, evidenciá-lo, pois só assim poderemos entendê-lo e combatê-lo. Só com a aceitação e o entendimento da sociedade brasileira de que o racismo existe e do quanto somos racistas poderemos combatê-lo e, quem sabe um dia extirpa-lo definitivamente de nossas mentes, nossos corpos e nossos corações.

O Brasil precisa olhar se ver Brasil, entender que nem tudo que é invisível aos olhos é invisível ao coração. Não vejo os átomos, o ar, as células, eles existem e estão aí. É preciso considerá-los para entender e interagir com a realidade. Precisamos construir uma pedagogia multirracial e popular que nos ajude a educar o Brasil com raça. Nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre e, sem muitas condições de alterar esse quadro, uma vez que a pobreza observada em nosso país está associada, sobretudo, à desigualdade na distribuição de recursos, e não propriamente à escassez de recursos. Isso faz do Brasil um país extremamente injusto, exigindo que os governantes interfiram para construir políticas que assegurem direitos aos diferentes.

Nesse contexto podemos afirmar com segurança que a sociedade brasileira só se desenvolverá plenamente quando combater as desigualdades sociais de gênero e de raça e promover efetivamente uma educação inclusiva que combata o racismo, o machismo e promover a igualdade racial, social e de gênero. Rex, (1904, p. 190) afirma que “as relações raciais podem ser definidas como situações “marcadas por graves conflitos, exploração, opressão e discriminação baseadas ou não em indicadores fenotípicos.”

CAPITULO II

2 A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA: UM DUPLO OLHAR – PROFESSORES E ALUNOS

2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

A presente pesquisa desenvolvida na Escola Municipal Vale do Amanhecer, se propôs investigar e examinar a percepção do preconceito de cor e experiências discriminatórias no interior do espaço escolar e das práticas pedagógicas sob o olhar do Diretor, de dois professores e alunos do 7º e 9º Ano do Ensino Fundamental. Conforme já apresentamos nossa inquietação sobre o preconceito tem razões particulares o que nos remete ao desejo de conhecer como estas práticas estão significadas no interior das escolas.

Discutir as relações raciais na escola supõem conhecer o contexto histórico em que estas relações são construídas. Consideramos que é a partir do contexto em que as relações são construídas que elas devem ser compreendidas. Assim a pesquisa não se propõe a estudar diretamente a Escola Municipal Vale do Amanhecer, e sim verificar como se dá a discussão e construção das relações sociais no seu interior.

A Escola Municipal Vale do Amanhecer está situada no bairro Vale do Amanhecer, no município de Costa Rica, MS. A escola recebeu esse nome por ter surgido ao redor de uma casa de orações espírita denominada por esse nome. Foi criada na administração Laerte Paes Coelho, no ano de 1989, para atender às necessidades educacionais do município. Foi construída com 02 salas de aula, funcionando de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. A escola passou por reformas e ampliações ao longo de sua história e atualmente conta com 08 salas de aula e laboratório de informática. A escola atende 331 alunos nos períodos matutino, vespertino e noturno (EJA).

Desde sua criação, a escola que está situada num dos bairros mais pobres do município, atende, principalmente, alunos oriundos do seu entorno, o que equivale dizer, alunos renda familiar menos favorecida. Segundo o diretor professor Luiz, O

preconceito existe e é uma questão preocupante, na escola tem vários casos de racismo, mas quando acontece é bem suave. Conforme percebemos e defendemos anteriormente o racismo existe em todos os espaços, mas a nossa percepção do que seja o racismo e dos prejuízos que pode trazer para aqueles que são as vítimas, ainda está fundamentada na ignorância, uma vez que não é possível medir as consequências de tais atos. Constatamos ainda que existe uma distância muito grande entre o diretor e os alunos dessa escola em relação às condições de preconceitos existentes, sua discussão e combate. Em uma conversa descontraída com o diretor falávamos da menina a qual os colegas não gostam na escola, esse ficou muito assustado, porque para ele não percebia esse tipo de racismo ali naquele local. Percebemos que muito precisa ser feito e mudado para uma verdadeira transformação nas relações sociais e a educação é responsável por esta mudança. A escola é um espaço de construção e reconstrução de identidades. Ao desconsiderar as diferenças e multiplicidades culturais em seu contexto, ao propor uma visão homogênea, onde o mesmo é proposto para todos e com as mesmas metodologias, a escola, segundo Silva (2008, p.46) “padroniza ou uniformiza as informações considerando que os alunos, todos eles, são iguais, incorrendo na velha armadilha da monocultura, valorizando apenas a cultura dominante e eliminando culturalmente o outro”.

O diretor afirma ainda que ao fazer sua matrícula as pessoas precisam se declarar como negras, mas as pessoas negras ou parda tem uma resistência muito grande em relação a essa declaração, mesmo falando dos benefícios rejeitam, pois tem medo do preconceito, já se sentem rejeitadas. O movimento negro afirma que esse não declarar sua pertença a ser negro ou pardo é um mecanismo de não aceitação, não da sua raça, mas sim da forma como foram tratados e ainda o são.

Segundo o diretor a escola tem desenvolvido trabalhos com vários projetos para combater o preconceito racial, sempre fazendo palestras com um grupo de apoio ao negro, sempre fazem mobilizações na escola, de bairro também. Percebemos em nossa pesquisa que as discussões ocorrem especificamente em datas em que sua discussão é prevista nacionalmente, isto é, na Semana da Consciência Negra. O diretor afirma que a questão é tão preocupante que a BRENCO Companhia Tecnológica de Energia Renovável tem se manifestado preocupada e, se propôs a ajudar na discussão da discriminação racial na escola e

no bairro. Apresenta a preocupação da inserção dos conteúdos de história da África e dos Africanos, conforme determina a Lei 10. 639/2003 assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora o Projeto Político Pedagógico da Escola defina como um dos objetivos a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos observamos, na fala dos alunos entrevistados que essa discussão ocorre somente em momentos em que não é possível ocultá-la. Com essa medida, reconhece-se que é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo dos temas não se restringe à população negra e indígena, mas diz respeito a todos os brasileiros, um a uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio da sociedade multi-cultural capazes de construir uma nação democrática e livre de preconceitos. É importante ressaltar que devemos ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira, incluindo atitudes que proporcionem uma reflexão sobre procedimento de ensino, condições oferecidas para aprendizagem e objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pela escola. Nessa perspectiva, nortearmos nossas ações educativas de combate ao racismo e as desigualdades segundo discriminações segundo os seguintes princípios:

Igualdade básica de pessoa humana com sujeito de direitos: a compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, possui cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;

Ao conhecimento à valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e Indígena na construção histórica e cultural brasileira; à superação à diferença, injustiça, desqualificação com que negros e índios e as classes populares às quais estes no geral, pertencem, são comumente tratados.

Ao diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns, visando a uma sociedade mais justa.

Ao rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação contra negros e índios.

Estes princípios e seus desdobramentos mostram exigências de mudança de mentalidade, de maneira de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como da escola e sua tradição cultural, pois reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras e indígenas e suas descendências cultura e historia. Significa buscar, compreender seus valores, e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação.

2.2 A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA SOB O OLHAR DO PROFESSORES.

Considerando a escola como um espaço multiétnico, onde as diferenças se encontram e por vezes são desconhecidas, sendo desconsideradas a multiplicidade de informações culturais que cada cultura traz em seu bojo é que sugerimos e nos propusemos a um olhar mais atento para pensar como essas diferenças estão sendo discutidas e vistas. Para realizarmos essa discussão sobre a discriminação na escola selecionamos dois professores que demonstraram interesse em participar e contribuir com a nossa pesquisa, as quais denominamos de professora X e professora Y.

Apresentamos alguns questionamentos para as professoras que servirão como roteiro para a discussão por nós proposta. Quando questionamos se já sofreram discriminações no desenvolver de seu trabalho? A professora X, que trabalha na escola pelo segundo ano afirma que já sofreu discriminação tanto por parte dos pais quanto dos alunos. Ela nos relatou que durante sua jornada de trabalho, sofreu várias discriminações, mais duas delas marcaram para sempre sua vida, as quais descrevemos a seguir conforme nos foi relatado: Professora X:

A mãe de uma menina foi à escola conhecer a professora da filha e vendo-a rejeitou dizendo que com uma negra sua filha não iria estudar, e se a professora não fosse mandada embora daquela escola, então ela tiraria sua filha da escola, e essa mãe lutou muito para tirar a professora, não tendo êxito, pois a professora era exemplar, tirou então a mãe; sua filha daquela escola esbravejando.

No espaço escolar nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção de preconceitos seja um problema. Dessa forma, interiorizamos atitudes e comportamentos discriminatórios que passam a fazer parte de nosso cotidiano, mantendo e/ou disseminando as desigualdades sociais. Somente a união da experiência dos profissionais da educação e da experiência de vida de crianças e adolescentes, negros e não, negros, e de seus familiares pode tornar evidentes aspectos do cotidiano escolar que escapam à nossa visão.

O outro fato é que uma menina de seis aninhos, sendo transferida de outra escola, assim que chegou a sua sala, disse que ali não estudaria, pois a professora era preta, e chorava o tempo todo, a professora não podia nem tocá-la, pois gritava, tinha horror, sendo essa também transferida.

Professora y nos relata, que a sala que trabalha hoje é de maioria negra, mas nenhum deles assume sua cor, todos se dizem pardo. Existe entre eles um grande conflito; diz a professora, e nesses momentos se houve: negrinho, pretinho, cabeça de fumo, e às vezes brincando também, pois não se aceitam como negro e estes chamados representam uma ofensa, mesmo sabendo das cotas na faculdade não se vêem como negros.

Quando abro uma conversa em sala de aula com eles, sobre o racismo, eles entendem aceitam, mas só naquele momento, saindo dali não conseguem se desprender da discriminação entre eles, o mais difícil é a questão social do ser humano, porque o negro está associado tudo aquilo que é ruim, a pobreza, a ele está reservado o mais duro dos trabalhos.

O ensino hoje com essas mudanças feitas, eu não vejo bons resultados, não funciona, pois o professor para se manter respeitado em sala de aula tem que ser rígido, até os alunos gostam de um pouco de autoritarismo por parte do professor, e em uma sala com 43 alunos freqüentes não é fácil, por mais que as coordenadoras ajudam é mesmo a professora que tem a determinação de educá-los, orientá-los principalmente quanto ao racismo. Questionada, sobre as novas mudanças no procedimento do professor em sala, nos disse: “Sou contra o autoritarismo, mas professor tem que ter autoridade, os alunos têm que nos respeitar, tenho que defender a minha posição. Não tem essa de aluno querer passar por cima não”.

Consideramos que para os professores e professoras, é necessário e urgente ampliar a visão sobre a desigualdade racial na educação, faz-se necessário questionar o dia-a-dia nas escolas e, principalmente, o seu fazer profissional. Assim, mais do que prender às nossas idéias e suposições, que muitas vezes impedem a compreensão do problema, precisam atentar para atitudes e comportamentos, dos professores bem como de toda equipe escolar. Mas, acima de tudo, é necessário ouvir com atenção as vozes de pais, alunos e alunas que vivem a experiência direta com o problema racial. É imperioso atentar para o que aponta Sodré (2000, p.28.) “A importância do miúdo, a importância do oral, a importância do dia-a-dia. A importância do saber do mais velho”.

Somente uma educação calcada na informação e no questionamento crítico a respeito das desigualdades sociais, bem como dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação, pode contribuir para a transformação dessa sociedade que tem, sistematicamente, alijado muitos indivíduos do direito à cidadania.

Esta preocupação deve, portanto, estar presente desde a educação da criança pequena, até a educação do futuro profissional das mais distintas áreas de trabalho. Ou nós educadores realizamos esse trabalho a favor da disseminação dos preconceitos, ou reproduziremos uma sociedade calcadas em relações preconceituosas e distorcidas. Não há como nos mantermos neutros. É preciso optar, pois lutar contra isso não é tarefa exclusiva da população negra. Bernd afirma, (1994, p. 57) “A superação do racismo deve ser desejada pelos membros da comunidade como requisito para a plena erradicação da desigualdade da condição humana”.

2.3 A DISCRIMINAÇÃO NA ÓTICA DOS ALUNOS.

Como afirmamos antes é possível perceber a natureza das desigualdades experimentadas pelo aluno negro na escola, mas é necessário considerar que pessoa alguma quer ter seu comportamento associado a preconceitos, discriminações e racismo, ou seja, visto sob lente de condutas socialmente condenáveis. Essas associações efetivamente a limitam em sua humanidade, em sua condição de pessoa que luta por direitos iguais. Portanto, a dificuldade de

explicitar o contexto social racista no qual a escola está incerta e as mazelas da cultura escolar que, além de reproduzir preconceito, estereótipos e discriminações, produz seus próprios monstros, torna-se perfeitamente à luz da condenação social desses comportamentos.

Na escola o didático, um instrumento transmissor de informações muitas vezes exige um olhar diferenciado por conter visões estereotipadas e discriminatórias. O professor às vezes tem dificuldades em perceber essa visão e se torna responsável pela difusão da mesma e por falta de conhecimento sobre a temática termina atribuindo a responsabilidade à família e à própria criança por sua própria discriminação. A falta de formação e habilidade dos educadores para lidar com as relações sociais no cotidiano escolar marcadas por discriminações leva a medidas não problematizadoras da diferença, apelando para convicções gerais tais como: “Todos merecem respeito porque são filhos de Deus” ou “E daí que você é negro, o importante é que você tem saúde...”

Para os alunos negros e pardos, essas situações ocorrem dentro da escola municipal estudada. Percebe-se que há um distanciamento entre alunos, professores e direção da escola, por não estar havendo uma estratégia que possibilite aos alunos absorverem o trabalho de conscientização sobre os prejuízos causados socialmente pela discriminação. Por mais que os professores trabalhem a data especial, fica muito vago a coerência em torno do conteúdo. É muito difícil para o aluno compreender esse processo gerando uma insatisfação a muitos alunos que se sentem fracassados, donos de um insucesso futuro. Nesse contexto percebe-se que há um distanciamento entre alunos, professores e direção da escola, por não estar havendo uma estratégia adequada para que os alunos absorvam o trabalho de conscientização da discriminação. Por mais que os professores trabalhem a data especial, fica muito vago a coerência em torno do conteúdo. Questionamos os alunos com a seguinte pergunta: Você já sofreu algum tipo de discriminação racial? O aluno 1 apresentou a seguinte resposta:

Este aluno negro, diz que já viu e sofreu varias discriminações entre ofensas ou brincadeiras seus colegas pardos e brancos estão sempre chamando uns aos outros de engano, neguinho, macaco falante, que é muito burro, idiota, ele diz que a discriminação é feita por pessoas que não sabem julgar os outros, e também que na maioria das vezes as provocações acontece no recreio, na saída das aulas, mas dentro da sala

de aula é muito difícil de acontecer, nestes dois anos que estuda nessa escola não sofreu discriminação em sala de aula, mas fora sim, não leva a sério, e se sente igual a todos, mas os xingões permanecem.

As expectativas desse aluno de certo modo passam a se considerar excluídos, mas essa exclusão ocorre de forma velada, alunos negros de uma certa forma são considerados como desinteressados, carentes de tudo, rebeldes, lentos, violentos, chorões e portanto, terão seus percursos escolares mais acidentados, na hora do recreio, ainda que o desejo seja de brincar, conversar, as crianças negras vão aprendendo a silenciar, como se fosse uma virtude em especial de um bom aluno, e quando não conseguem alcançar esse objetivo, se consideram incompetentes e incapazes para com seus estudos, tornando o conteúdo escolar uma tortura para ele. Esse silêncio passa despercebido ou por comodidade do professor, para não desencadear um processo de conscientização e confrontos. O aluno 2 afirma que:

Às vezes já vi algum colega chamar o outro de macaco, pezão, negrinho, fedido, mas não fala essas coisas, e quando esses chamados acontecem deve ser pela cor e pelo jeito de ser da pessoa, ele só chama os colegas por outros nomes como por exemplo "gordo". Pouca coisa entende sobre discriminação, não entende porque as pessoas mais moreno, diz que sofre discriminação, e na sala de aula não se lembra da professora ter falado desse assunto.

Diferente é, entretanto a percepção que os alunos brancos têm do problema étnico na escola, o branco apenas vê o preconceito e não sofre diretamente as conseqüências dele. A discriminação racial faz com que em algumas escolas acarrete inúmeras desvantagens para com os alunos negros direta ou indiretamente.

Esses conflitos camuflados na escola, dão a entender que não há preconceito no meio da comunidade escolar. Segundo a fala dos alunos há discriminação, mas ela é bem sutil, e percebe-se que o fato de não assumi-lo já caracteriza preconceito. Levando em consideração o papel social relevante da escola, nota-se que esta se omite, diante de questões polêmicas como essa. Como a aluna 3 que nega sofrer racismo, mas que no final do questionamento a mesma, relata que os alunos do 7º ano olha para ela e diz: Há, olha a cor daquela ali, e vários foram os insultos, fui

procurar a direção, e então o diretor veio e me disse: senta aí na sua carteira e abaixa a cabeça, assim eles param de mexer, ignore”.

Pela ótica dos alunos, a discriminação racial vai além dos muros escolares, percebe-se que eles ficam indignados quando ocorre algum incidente tanto na escola quanto fora. Os alunos negros possuem conhecimento profundo dessas diferenças que muitas vezes chegam a ser maldosas. E já desenvolvem esse preconceito de marginalização. Como é o caso do aluno 02 que relata a discriminação sofrida, a qual perpassa a razão, que pelo fato de ser negro já é um suspeito em potencial, segundo ele:

Já sofri muito com o racismo que as pessoas simplesmente olham e vêem pela cara e cor da pele, pela característica de cada um, e simplesmente acham que é bandido, que é ladrão, que é suja, que é nojenta. Quando se aproximam e começa ver a verdade, esse pensamento se desfaz, mesmo assim eles se acham diferente superior a gente, pois tem a cor branca.

Durante a fase de estágios de observações e participações, exigidos pelo curso, os quais foram realizados em várias escolas, (municipais e estaduais), pudemos constatar que surgiram vários conflitos em sala de aula e no pátio. Na elucidação dos fatos, sequer foram ouvidos, a acusação levantada pelos professores e funcionários foi direta aos alunos negros que eram tidos como causadores do atrito bem como do desaparecimento de objetos.

2.4 DISCUSSÃO RACIAL NA ESCOLA

Nos últimos 30 ou 40 anos as sociedades vêm desenvolvendo restrições institucionais a pratica discriminatória baseada nas diferenças de raça. Tais abordagens consideram que a diminuição do racismo é um fenômeno aparente, uma vez que as atitudes preconceituosas permanecem presentes em cada individuo. O que ocorre é que a discriminação manifesta, aberta está sendo substituída por outras formas mais sutis. Um exemplo disso é a discussão sobre a política de cotas para ingresso na universidade que tem recebido críticas que tem por base o

argumento de uma igualdade de direitos para todas as pessoas, independente de sua origem, desconsiderando as diferentes condições de acesso e permanência.

Essa nova abordagem apresenta problemas metodológicos, uma vez que essas novas formas de preconceito se manifestam a partir de crenças e práticas distintas do racismo clássico. O foco dessa abordagem engloba a compreensão das características próprias de cada ambiente social a fim de construir em cada um desses contextos medidas e comportamentos adequados. No que se refere ao aspecto conceitual, essa nova abordagem significa que as pessoas experimentam, consciente ou inconscientemente, um conflito psicológico devido ao confronto entre suas atitudes íntimas preconceituosas e as normas sociais contra o preconceito, o que leva à construção de formas adequadas e capciosas de preconceito.

Entretanto, esse conflito pode ter tido sua origem a partir dos argumentos que circulam na própria sociedade e não nos processos psicológicos individuais. Todavia, as concepções atuais sobre o preconceito utilizam uma abordagem individualista e processual, não adaptada aos fenômenos sociais ligados aos processos de exclusão, o que se configura como um elemento dificultador para a elucidação da referida problemática. O processo de globalização e a conseqüente intensificação das relações entre diferentes culturas e etnias produzem um fenômeno ambíguo: por um lado um maior respeito à diversidade dos valores culturais, e, por outro lado, o crescimento dos movimentos nacionalistas, provocando fenômenos de fanatismo e discriminação contra etnias e grupos minoritários. Além disso, o desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo acentua a diferença entre ricos e pobres no âmbito individual e político. Numa pesquisa que atingiu todo o território nacional, Venturi, (1995, p. 52), constataram que 89% dos brasileiros reconheciam a existência de preconceito racial no Brasil, contudo, apesar dessa consciência, só 10% admitia ser pessoalmente preconceituoso. O fato do indivíduo não se reconhecer preconceituoso, por outro lado, não exclui a demonstração desse mesmo preconceito, e conforme afirmamos antes fundamentadas em Munanga (2004), a não aceitação de ser preconceituoso dificulta a discussão e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Martiniano Silva (1995, apud Camino *et al*, 2001) argumenta que o racismo mascarado, silencioso é mais eficiente em sua função de discriminar e mais difícil de erradicar. Essa disparidade produz uma dissonância cognitiva que permite aceitar a

existência social dos estereótipos negativos sobre os negros e, ao mesmo tempo, negar que a própria pessoa endossa tais crenças. Dessa forma, uma visão racial estereotipada tenderá a se manifestar mais facilmente quando essa mesma visão for propagada a outros.

Ainda nos falta avançar muito para compreendermos que o fato de sermos diferentes uns dos outros é o que mais nos aproxima e o que nos torna mais iguais. Sendo assim, a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, crença, cultura e raça, presentes na vida da escola e repensar o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais.

É preciso pensar em alguns caminhos que nos ajudem a garantir, na prática escolar o princípio constitucional da proibição do racismo. A superação das práticas racistas ocultas e expostas no cotidiano escolar, que vão desde a escolha do professor ao tratamento dado, aos pais, alunos negros. Significa rever as formas como segmento negro é retrato na comunidade escolar, nos livros didáticos, nas festas e nos auditórios. Representa, também, desvelar o silêncio da questão racial na escola. Garantir que a escola seja igual para todos e respeite a particularidade do povo negro, não dependendo apenas de preceitos legais e formais. Não podemos acreditar numa relação de causa e efeito entre a realidade educacional e o preceito legal. Por mais avançada que uma lei possa ser, é na dinâmica social, no embate político e no cotidiano que ela tende a ser legitimado ou não é a realidade social e educacional sobre a qual uma lei pretende agir, é sempre complexa, conflituosa, contraditória e marcada pela falta de equidade social e racial. Dessa forma, não basta afirmar que o racismo é um crime inafiançável deve se compreender melhor o que é crime de racismo, é o preconceito legitimado. Os fatos demonstram que a questão racial na escola não é tida como prioridade, sendo assim é muito complicado construir a identidade negra numa sociedade tão discriminatória, pois nem mesmo a escola que com base no preconceito, tem grande parcela de culpa desta responsabilidade na construção do conhecimento. Segundo o aluno 4:

Nunca sofri discriminação o racismo existe porque as pessoas são diferentes mas esse assunto não chama a minha atenção, e sempre que os colegas me chamam de macaco sabido, outros colegas o chamam de

fedido. Uma vez e eu perdi a cabeça bati no outro colega, mas chamaram o diretor e o caso foi resolvido no momento, só que continuam me chamando de pezão e outros nomes, e só me chamam assim desses nomes. Eu sou igual a todos nem superior nem inferior, os professores algumas vezes falam desse assunto, com os alunos; os professores chamam atenção, mas estes nem levam a sério.

Os depoimentos narrados são freqüentes no dia – dia dos alunos negros no cotidiano escolar, isto nos deu bases para afirmar de quanto à instituição precisa refletir sobre as questões de racismo, que insiram em seus planejamentos para a sala de aula esta questão, que esteja atenta e aberta para começar a construir e discutir, e deixar se envolver com a história desse povo, que a anos vive sobre omissão e marginalização.

Podemos constatar também que os professores se encontram despreparados para esta propiciar ao aluno a construção de conhecimentos que favorecem constituição da identidade negra. Tem assumido a postura de transmitir um conhecimento pronto, e o não refletir sobre sua identidade ele acaba estimulando ações voltadas para a absorção de crenças e valores da cultura branca que é predominante além disso o livro didático não é favorável a esses elementos que engrandecem, a participação dinâmica dos alunos no processo ensino aprendizagem. Essa distância tem conseguido por consequência levar o educando ao desestímulo e ao desinteresse do que lhe é proposto.

2.5 FAMÍLIA E DISCRIMINAÇÃO

As crianças em idade escolar já interiorizam idéias preconceituosas que incluem a cor da pele como elemento diferenciado nas pessoas, neste contexto escolar ela em seu silêncio muitas vezes expressa a vergonha de ser negra e, o que para a escola pode representar um problema ou um momento de conflito, no interior do grupo familiar pode representar apenas, parte habitual da vida em família. problemas não encontrados pela criança no seu convívio familiar poderão ser constatados no cotidiano escolar.

Quanto a família é tranqüilo e quando há algum preconceito é só não dar moral. as pessoas da sua família são educadas para com as pessoas, quer dizer nunca falam nada que as constrem, ninguém fala sobre esse assunto, e pouco conhecimento ele tem sobre preconceito.

Conseqüentemente, a ausência de relação entre a família e a escola impossibilita as partes, a realização de um processo de socialização que propõe um desenvolvimento saudável, não só coloca em jogo o mundo interiorizado pela criança mas, conseqüentemente seu espaço neste mundo, o lugar no seu espaço social e principalmente a sua própria existência. A despreocupação em relação da convivência social seja ela na família ou seja na escola, pode estar colaborando para a construção de pessoas preconceituosas e discriminadoras. O silêncio ao invés de questionamentos pode levar conseqüentemente inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens moldadas muitas vezes, no comportamento criticam os alunos.

Diante dos relatos expostos, torna-se necessário ter conhecimento da qualidade do procedimento da socialização vividas, e vivenciado pelas crianças em seu ambiente familiar e nas escolas por elas futuramente freqüentadas, poderia ser o começo da construção de uma sociedade livre das desigualdades tão radicais entre negros e brancos. Perguntado como sua família se porta mediante discriminações na sociedade, disse que sua família não sabe bem lidar com certas situações, seus irmãos brigam batem, não suporta o preconceito, sofrem muito com isso. Goffman disse que a família tem a capacidade de construir uma cápsula protetora para seu jovem membro e que dentro desta cápsula, a estigmatiza desde o seu nascimento e é cuidadosamente protegida pelo controle de informação. Neste círculo encantado, impedem que entrem informações que a diminuam, enquanto se permite outras concepções da sociedade, concepções que levam a criança encapsulada a se considerar inteiramente qualificado que possui uma identidade normal. Educar a criança negra, vale notar que entre outras análises, quebrar o silêncio que a cerca. Tarefa não fácil à medida que o silêncio se manifesta no cotidiano escolar, esta é a realidade de muitas escolas.

Nota-se que as famílias não tem o hábito abordar com seus filhos sobre o preconceito e a discriminação. A falta de informação pode representar para a criança e o adolescente branco a idéia de pertencer a um grupo étnico superior. Visto que

essa idéia está impregnada no inconsciente coletivo das pessoas, de modo implícito e até explícito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final desse trabalho representa para nós o início de uma nova caminhada na luta para a construção de uma sociedade mais tolerante. Nos propusemos evidenciar neste trabalho a discriminação e o preconceito racial existente em nossa sociedade e percebemos que é necessário despertar para a construção de uma conscientização em relação à opressão racial silenciosa. A educação precisa avançar muito no combate a esta mazela social. A escola precisa estabelecer, traçar metas educacionais na erradicação do trato desigual com as diferenças o que não é possível de se admitir é a omissão de uma discussão sobre a presença discriminatória, neste caso específico, contra o negro difundida no ambiente escolar.

Essas práticas preconceituosas atuam de maneira agressiva contra os negros que as sofrem, deixando marcas profundas, na maioria das vezes, em cidadãos em processo de formação, de construção de identidade, como crianças e adolescentes no contexto escolar.

Nesta pesquisa percebemos que os alunos ignoram a importância das raças existentes em nossa sociedade, como a amarela, parda, tendo um pouco de conhecimento sobre as etnias indígenas e tem como foco principal a raça branca e negra.

Analisamos que é muito importante a preparação do professor para trabalhar com a diversidade étnico-racial com os alunos, entendemos que o despreparo o não aprofundamento da temática poderá resultar a desvalorização da cultura dos afro-descendentes.

A cidadania deve ser plena para todos, brancos e negros e acabar com essa idéia de que negro é sinônimo de criminalidade, pobreza, samba, candomblé. Precisamos aprender a conviver com as diferenças e que a cor da pele ou determinadas características do ser humano não nos torna pior ou melhor, e muito menos indigna de seus direitos.

São necessárias iniciativas para frear e acabar com o racismo no Brasil, principalmente no âmbito escolar. O papel da escola é de fundamental importância no combate à discriminação. O racismo que se infiltrou pode da mesma forma, ser retirado do nosso convívio se houver uma participação clara e ativa da população.

Não se trata de utopia, mas de um objetivo a ser alcançado, o qual deve, acima de tudo, eliminar o preconceito racial de uma vez por todas do cenário brasileiro. Portanto, esperamos que nossos esforços traduzam num constante aperfeiçoamento das práticas pedagógicas curriculares das escolas.

Confirmamos em nossa pesquisa a necessidade e a importância da eliminação do preconceito racial. Que o processo educacional busque embasamento para fundamentar as políticas públicas de desenvolvimento e comprometimento sócio-educacional do país. Isto é de fundamental importância tanto para a educação como para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMO, Laís. **Desigualdade e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego**. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/htsites/downloads/29.doc>. Acesso em 05/11/2009.

BRANDÃO, André Augusto Pereira. **Da escolaridade à ocupação: raça e desigualdades sociais em áreas urbanas pobres**. Disponível em <http://www.amped.org.br/reunioes/25.rtf>. Acesso em 05/11/2009.

_____. **Cadernos 5 PENESB**. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia. Construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**: editora Vozes Ltda, Petrópolis, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio a segunda impressão. IN. **Superando o racismo na escola**. Kabengele Munanga, Organizador. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2006.

HOFBAUER, Andreas. **Raça, cultura e identidade e o racismo a brasileira**. São Carlos EDUFSCAR, 2003.

MOURA, Clovis, **História do Negro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994.

MUNANGA, Kabengele,, **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2004.

PAULA, Adilton de. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

REX, J. **Raça e etnia**. Lisboa, Editorial Estampa.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. 29 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

REIS, Bruno. **Raça, recursos e desigualdade política**. Disponível em http://www.subsociologia.com.br/congresso_2/papers/democracia/horizonte.pdf. Acesso em 10/11/2009.

RODRIGUES, M. **Os africanos do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1935.

SILVA, Maria Ivone. **Discussão racial e Afro-Rica – Uma Articulação possível. Dissertação de Mestrado apresentada na UCDB, 2008.**

SODRÉ, Nelson Werneck, (1965). **A ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira.

SOUZA, Glauciene. **Educação e Diferenças**. Campo Grande: UCDB, 2004.

VALENTE, Ana Lúcia. **Ser Negro no Brasil Hoje**. São Paulo: Moderna, 1989.